

Brasília, 06 de Março de 2026.

Aprovado em reunião do Pleno do Comando Nacional de Greve do dia 06 de março de 2026.

PRESENTES NO CNG

PELA DIREÇÃO DA FASUBRA: 10 coordenadoras/es

PELA BASE: SINTEST/RN (5 delegadas/os), ASAV (2 delegadas/os), ASSUFOP (2 delegadas/os), ASSUFRGS (5 delegadas/os), ASSUFMS (1 delegada/o), SINTUFAL (1 delegada/o), ASUFPEL (2 delegados), SINTUFABC (1 delegada), SINTUFEJUF (1 delegado), SINTUFEPE-FEDERAL (6 delegadas/os), SINTUFES (2 delegados), SINTUFF (5 delegadas/os), SINDIEDUTEC (2 delegadas/os). SINDS-UFSJ (1 delegado).

ADESÃO À GREVE

MAPA DE ADESÃO À GREVE - 2026

Região	Entidade/Instituição	UF	Deflagrou Greve	Data de início
Norte	SINDTIFESPA			
	UFPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UFRA	PA	NÃO	-
	UFOPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UNIFESPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	SINTESAM	AM	SIM	04 de março
	SINTEST/AC	AC	-	-
	SINTUNIR	RO		
	SINTAD-TO			
	UFT	TO	-	-
	UFNT	TO	-	-
	SINSTAUFAP	AP	-	-
Nordeste	SINTESPB	PB	SIM	05 de março
	SINTESUF - INTERPB	PB	NÃO	-
	SINTUFCE			
	UFC	CE	NÃO	-
	UNILAB	CE	NÃO	-
	UFCA	CE	NÃO	-
	SINTUFEPE-RURAL			

	UFRPE	PE	SIM	02 de março
	UFAPE	PE	SIM	02 de março
	SINTUFEPE-FED	PE	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFBA-SIND			
	UFBA	BA	SIM	05 de março
	UFRB	BA	SIM	03 de março
	UFOB	BA	-	-
	UNILAB	BA	-	-
	UFSB	BA	SIM	05 de março
	SINTUFAL	AL	SIM	27 de fevereiro
	SINTEST RN			
	UFRN	RN	SIM	23 de fevereiro
	UFERSA	RN	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFS	SE	NÃO	-
	SINTEMA	MA	-	-
	SINTUFPI			
	UFPI	PI	SIM	23 de fevereiro
	UFDPAr	PI	SIM	23 de fevereiro
Centro Oeste	SINTUFMT			
	UFMT	MT	NÃO	-
	UFR	MT	NÃO	-
	SISTA-MS	MS	-	-
	SINT-IFESGO			
	IFG	GO	NÃO	-
	IFGO	GO	NÃO	-
	UFG	GO	NÃO	-
	UFJ	GO	NÃO	-
	UFCAT	GO	NÃO	-
	SINTFUB	DF	NÃO	-
Sudeste	SINTEF UFGD	MS	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFF	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFRJ	RJ	SIM	09 de março
	ASUNIRIO	RJ	-	-

Sul	SINTUR-RJ	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFESP	SP	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFSCAR	SP	NÃO	-
	SINTUFES	ES	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFEI	MG	-	-
	SINDIFES-MG			
	UFMG	MG	-	-
	UFVJM	MG	-	-
	CEFET-MG	MG	-	-
	IFMG	MG	-	-
	SINDUFLA	MG	SIM	23 de fevereiro
	ASAV-SINDIC	MG	SIM	23 de fevereiro
	SIND-ASSUFOP	MG	SIM	02 de março
	SINTET/UFU	MG	NÃO	-
	SINTUFEJUF			
	UJF	MG	SIM	23 de fevereiro
	IF - SUDESTE	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINDTTAE/UFTM	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINT/UNIFAL	MG	-	-
	SINDS-UFSJ	MG	SIM	24 de fevereiro
	SINTUF ABC	SP	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFSC	SC	NÃO	-
	SINDITEST-PR			
	UFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UTFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UNILA	PR	SIM	27 de fevereiro
	ASUFPEL	RS	SIM	23 de fevereiro
	APTAFURG			
	FURG	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS-R Gde	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFRGS			
	UFRGS	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS	RS	SIM	23 de fevereiro
	UFCSPA	RS	SIM	23 de fevereiro

	ASSUFMS	RS	SIM	23 de fevereiro
	SINDIEDUTEC	PR	SIM	26 de fevereiro
	SINDTAE-FS	SC	-	-
	SINDIPAMPA	RS	-	-

CONJUNTURA

INTERNACIONAL

A crise geral do sistema capitalista na sua fase imperialista, faz com que todas as contradições do sistema se aprofundem, em especial a contradição entre as principais potências imperialistas, o antagonismo entre estas potências e os países dependentes e a contradição irreconciliável entre capital e trabalho.

A consequência principal destas contradições e da dominação capitalista é o aumento brutal e violento da exploração sobre a classe operária, do conjunto das massas trabalhadoras, o aumento da violência contra as mulheres, o povo negro e a retirada de perspectivas para a juventude, ameaças aos direitos dos povos, destruição da natureza e a intensificação das guerras imperialistas.

Os grandes monopólios capitalistas, a oligarquia financeira e seus governos promovem a maior guerra comercial da história. A base do conflito entre as potências, levada às últimas consequências através das guerras de rapina, tem como objetivo a dominação de mercados e se apropriar das matérias-primas dos países.

No dia 28 de fevereiro de 2026 o consórcio EUA e Israel atacou massivamente, sem qualquer aviso ou declaração de guerra, diversas cidades do Irã, matando seu Chefe de Estado e centenas de civis, **inclusive 150 meninas, enquanto estudavam em sua escola**, na cidade de Minab.

Esse ataque ocorreu enquanto delegações de EUA e Irã estavam reunidas em Genebra para negociar um novo acordo que restringisse o enriquecimento de urânio por parte do Irã, após uma série de ameaças retóricas à soberania daquele país por Trump. O ataque do dia 28 é ainda mais covarde diante do fato dos negociadores do Irã, segundo relatos, terem cedido em todos os pontos propostos na negociação.

O ataque ao Irã coroa uma ofensiva do imperialismo sionista-estadunidense que nos últimos meses: 1 - Invadiu a Venezuela e sequestrou seu Chefe de Estado para extorquir

seu petróleo; 2 - Bombardeou a Nigéria, outro grande produtor de petróleo, com a mentira de "estar protegendo cristãos"; 3 - Bombardeou a Somália, com Israel estimulando o separatismo e reconhecendo o Estado "fake" da "Somalilândia", para controlar o ponto estratégico do chifre da África; 4 - Ameaça a "tomada" da ilha de Cuba nos próximos meses, extremamente fragilizada por um verdadeiro bloqueio naval ianque; 5 - Continua o genocídio do povo palestino e a obliteração de Gaza.

Todas essas agressões militares contra Estados soberanos complementam as ações internas de limpeza étnica, contra os palestinos em Israel e contra os negros e latinos nos EUA. Conjugado com o discurso imperialista, neocolonial, misógino e racista, é evidente a reorganização da grande burguesia internacional em torno de um projeto bélico neofascista como resposta à crise do capitalismo que perdura desde 2008.

Mas, os povos do mundo inteiro promovem grandes manifestações contra essas agressões, inclusive em gigantescas manifestações contra o massacre genocida em Gaza. Graças a esse avanço da mobilização, países como França e Espanha reconheceram o Estado Palestino, mostrando que vale a pena lutar.

A luta contra o imperialismo se desenvolve e em todos os continentes há uma importante atuação da classe trabalhadora. Massivas mobilizações, greves e levantamentos populares se produzem contra as políticas de ajuste implementadas pelos governos da burguesia, sejam estes liberais, neoliberais, socialdemocratas ou "progressistas". Em 2025 aconteceram greves gerais na Itália, França, Portugal, Índia, Argentina e uma combativa e pujante greve geral na Bolívia no início deste ano. Também temos visto a resistência e crescentes protestos contra as ações fascistas da polícia de imigração dos EUA.

BRASIL

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40% dos trabalhadores não têm direito a férias, 13º salário, licença-maternidade, creche e trabalham sem carteira assinada; além disso, 16% dos trabalhadores trabalham de modo intermitente e, por isso, trabalham menos horas do que necessitam para sobreviver. No que se refere aos empregos criados no último período, a verdade é que 72,5% recebem até 1,5 salário-mínimo e a imensa maioria da classe trabalhadora sofre com condições degradantes de trabalho, marcadas por extensas jornadas e baixos salários.

Já os banqueiros, através do domínio que exercem sob o estado, ganham fortunas com as altas taxas de juros e, não satisfeitos, promovem fraudes bilionárias enganando milhares de pessoas, como é o caso do Banco Master.

O orçamento Federal de 2026 (de R\$6,34 trilhões de reais) destina para a dívida pública R\$1,82 trilhão, enquanto para a saúde, apenas R\$271,3 bilhões e para educação R\$233,7 bilhões. O agronegócio e as mineradoras também não tem o que reclamar: o governo continua destinando dinheiro para os ricos por meio de renúncia fiscal e programas de financiamento. Essa mesma política de conciliação de classes se repete no Congresso Nacional e na composição dos ministérios, com acordos para eleição da mesa diretora e cargos de ministro para políticos que apoiaram o governo fascista de Bolsonaro e o golpe de Temer.

Contudo, o aprofundamento da crise capitalista e da luta de classes em nosso país também produz manifestações, como as lutas pelo fim da escala 6x1, a greve dos petroleiros e dos trabalhadores dos correios, as jornadas de luta contra a fome e por moradia, e as lutas de estudantes, servidores e professores contra os cortes de verbas para a educação pública. As mobilizações populares de 2025 impediram a aprovação de leis como a chamada PEC da anistia e PEC da blindagem e conseguiram colocar na cadeia gerais golpistas e o ex-presidente fascista Bolsonaro. As mulheres, vítimas da pior epidemia de crimes de feminicídio e violência, tem respondido com jornadas de lutas e grandes mobilizações nacionais.

Neste cenário de lutas intensas, se sobressai a valentia da nossa categoria de técnicas e técnicos administrativos das Universidades e Institutos Federais, que avança novamente em um movimento grevista pelo Brasil todo, para exigir o cumprimento do Termo de Acordo de Greve firmado em 2024.

A luta de 2024, que durou mais de 100 dias, conquistou vitórias importantes, como reposições salariais de 9% e 5% nos pisos, aumento para 4% e 4,1% nas progressões - steps (ambos em parcelas respectivas a 2025 e 2026), e a reestruturação dos níveis de classificação, que trouxe ganhos de 14,5% a 35%, dependendo do nível, do tempo de carreira e da formação dos servidores.

Porém, durante o segundo semestre de 2024 e o ano de 2025, o Governo Federal desrespeitou nossa categoria ao recusar atender os demais itens do Acordo. Conquistas históricas, que não dependiam de base orçamentária, foram negadas pelo governo que sequer apresentou os estudos que motivaram a negativa. A jornada de 30 horas para todas

e todos, a racionalização dos cargos, o reposicionamento dos aposentados, e a democratização das Instituições Federais de Ensino (IFE) são exemplos de compromissos sem impacto financeiro que não foram cumpridos.

Além disso, a última vitória da greve, em termos de valorização da carreira, foi completamente desconfigurada. O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que, pelo acordo, seria de acesso universal, incluindo aposentados, e regulamentado pela Comissão Nacional de Supervisão de Carreira, foi atropelado por uma proposta legislativa da Casa Civil no final de 2025, restringindo as possibilidades de acesso a esse direito.

Devemos, portanto, reivindicar que todas as nossas conquistas sejam efetivadas!

É hora de construirmos uma nova greve nacional da categoria Técnico-Administrativa em Educação, tão grande e combativa como a anterior, mobilizando todos os servidores e servidoras por nossos direitos, pelo cumprimento integral do acordo de greve de 2024 e em defesa da educação pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade!

A ESTRUTURA DA GREVE: DA DEFLAGRAÇÃO À INSTALAÇÃO DO CNG

O movimento paredista dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) consolidou-se após a aprovação da greve em Plenária Nacional nos dias 24, 25 e 31 de Janeiro de 2026. Com a deflagração da greve nacional da FASUBRA marcada para o dia 23 de fevereiro de 2026, o movimento ganhou corpo com a realização de assembleias em diversas Instituições de Ensino Federais pelo país

No último dia 02 de março, com a instalação oficial do Comando Nacional de Greve (CNG) em Brasília. Atuando como o coração pulsante do movimento, o CNG iniciou-se com 28 delegados e delegadas de 11 entidades sindicais e registra novas adesões diariamente, funcionando como o elo vital entre os comandos locais de greve e garantindo que as orientações de luta cheguem de maneira uniforme às bases. A importância deste comando reside na sua capacidade de centralizar e coordenar as atividades nacionais, mantendo a unidade necessária para o enfrentamento das pautas da categoria.

Dando continuidade ao planejamento, na manhã da terça-feira, 3 de março, marcou o início oficial dos trabalhos das comissões estratégicas que compõem o CNG, Comissão de Comunicação, de Secretaria e de Infraestrutura. A estruturação do movimento através de frentes especializadas é o que garante o profissionalismo e o caráter democrático da greve.

A Comissão de Comunicação, por exemplo, assume um papel vital na transparência, sendo responsável por manter a categoria e a sociedade atualizadas sobre os desdobramentos da mobilização, combatendo a desinformação por meio de notas oficiais e informes permanentes. Paralelamente, a Comissão de Infraestrutura passou a atuar na organização logística indispensável para manter o comando ativo na capital federal, enquanto a Comissão de Secretaria foca na sistematização de informações, registros e suporte administrativo às atividades deliberativas.

O CNG assegura que todas as decisões e encaminhamentos ocorram de forma articulada. Essa estrutura não apenas organiza a luta cotidiana, mas reforça o compromisso do movimento com uma gestão transparente e tecnicamente amparada durante todo o período de mobilização.

Credenciamento das Entidades conforme cabeçalho deste informe.

LUTAS DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

FASUBRA-SINDICAL PARTICIPA DE REUNIÃO COM O MEC PARA NEGOCIAR PAUTA DA GREVE!

Em reunião na quarta-feira (25/03), a FASUBRA Sindical e a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (MEC) iniciaram as tratativas relativas à pauta da greve nacional iniciada esta semana.

Representando a FASUBRA estiveram presentes a coordenadora-geral Cristina del Papa; os coordenadores jurídicos e Relações de Trabalho, Flávio Sereno e Marcelo Rosa; o membro da Direção Nacional José Almiram e o coordenador LGBTI André Nascimento.

Durante a reunião, a pauta da categoria foi apresentada: Os diversos pontos que não foram cumpridos do Termo de Acordo de Greve de 2024.

Entre os pontos destacados estão a regulamentação da jornada de 30 horas, cujo encaminhamento foi de uma regulamentação construída no âmbito do Ministério da Educação com início dos trabalhos já na próxima semana.

CNG EM VISITA AO SENADO FEDERAL

Como atividade de greve, o Comando Nacional de Greve propôs uma atividade no Congresso Nacional para dialogar com os senadores e senadoras. A proposta de diálogo

com os parlamentares teve o objetivo de apresentar e defender as emendas de redação no PL 6170/25, apensado no PL 5874/25, para garantir o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para toda a categoria técnico-administrativa da educação, sem restrições, e defender a manutenção da jornada flexibilizada de 30 horas mantendo o conceito de usuário interno e externo do PCCTAE.

Nosso ofício foi apresentado com as seguintes reivindicações:

- 1) A revisão do disposto no Art. 2º do texto encaminhado ao Senado do Projeto de Lei nº 5.874/2025, com a alteração da expressão “servidores ativos” para “integrantes da carreira”, constante da proposta de alteração do § 1º do Art. 12-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- 2) A supressão do § 1º do Art. 12-C, proposto pelo Art. 2º do Projeto de Lei nº 5.874/2025;
- 3) A revisão do disposto no Art. 40 do Projeto de Lei nº 5.874/2025, de modo a substituir a expressão “público externo” por “usuários internos e externos”, bem como incluir previsão expressa da possibilidade de jornada de 30 (trinta) horas semanais, sem redução salarial, para atividades ininterruptas ou realizadas em regime de turnos;
- 4) A reabertura do prazo de adesão ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico - administrativos em Educação (PCCTAE) para 212 servidores que atualmente ainda se encontram no PUCRCE.

O CNG foi recebido nos gabinetes dos senadores Alessandro Vieira - SE, Davi Alcolumbre - AP, Wilder Moraes - GO, Beto Faro - PA, Leila do Vôlei - DF, Humberto Costa - PE, Rodrigo Pacheco - MG, Augusta Brito - CE, Rogério Carvalho - SE, Zenaide - RN, Stivenson - RN, Veneziano - PB, Efraim - PB, Teresa Leitão - PE, Jacques Wagner - BA, Damares - DF, Fabiano Contarato - ES, Alessandro Vieira - SE, Alan Rick - AC, Omar Aziz - AM, Randolfe Rodrigues - AP, Otto Alencar - BA e Paulo Paim - RS.

COMANDO NACIONAL DE GREVE É RECEBIDO NO CONSELHO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os representantes do CNG foram recebidos pelo presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ConIF) Prof. Dr. Júlio Xandro Heck (IFRS) e pela Vice-Presidente de Relações Institucionais Profª Veruska Machado (IFB), além de outros diretores.

Durante a reunião no CONIF, foi explicitado pelo presidente e pela vice a vontade de plena colaboração com a luta dos TAE e sua proposta de exigir o cumprimento total do acordo de Greve. Analisaram as solicitações de apoio junto ao Senado para as Emendas de redação, e contribuíram com algumas análises de macro contexto de desvalorização da Educação Pública de Qualidade, na qual as duas carreiras, docentes e técnicos, estão imersas, além do melhor foco da estratégia discursiva, em sua compreensão.

O Presidente informou que questionou o Governo sobre o RSC para apenas 75% dos ativos como estava no PL n. 6.170/25 e que também cobrou o Governo sobre a inviabilidade de trabalhadores temporários, terceirizados ou qualquer outra forma de vínculo que não seja o do concurso público de efetivos.

Os compromissos assumidos pelo Presidente do ConIF foram os seguintes: a Profª Veruska buscará a articulação com o relator do PL n. 5.874/25, assim que for designado, e outros parlamentares, e o Presidente fará Nota de Apoio à luta da carreira pelo cumprimento do Acordo de Greve.

DIA NACIONAL DE LUTAS E INDICATIVO DE CARAVANA

Orienta-se que cada entidade participe do Dia Nacional de Luta pelo Cumprimento do Acordo da Greve de 2024, produzindo manifestações ou atos de rua.

Em consonância com a Marcha Nacional de Servidoras/es Públicas/os, que acontecerá em Brasília/DF em 15 de Abril, convocada pela CUT, indicamos que as entidades discutam a possibilidade de Caravana Nacional da FASUBRA, na primeira quinzena de Abril, e informem a decisão à Federação por mensagem eletrônica. O retorno deve ser enviado para o endereço cng.secretaria@fasubra.org.br até o dia 18 de Março.

REGIMENTO DO CNG

O Pleno do Comando Nacional de Greve, em reunião ocorrida no dia 06 de Março, aprovou o seguinte Regimento para o Comando, que segue:

REGIMENTO INTERNO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE (CNG)

CAPÍTULO I DA MESA E DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 1º A Mesa de condução dos trabalhos do Comando Nacional de Greve (CNG) será composta:

I – Paritariamente entre os membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, indicados em sistema de rodízio entre os diretores presentes no CNG e delegados ou delegadas de base integrantes do CNG, escolhidos, dentre àqueles que se candidatarem, por sorteio entre as delegações presentes.

§ 1º O CNG realizará reuniões ordinárias diárias destinadas à apresentação de informes de base e à avaliação de conjuntura.

§ 2º A reunião ordinária poderá deixar de ocorrer quando houver atos, mobilizações ou atividades previamente aprovadas pelo Pleno do CNG para o mesmo horário.

§ 3º O horário da reunião do dia subsequente será definido e aprovado pelo Pleno do CNG ao término da reunião anterior.

§ 4º Todas as comunicações oficiais encaminhadas pelo governo deverão ser enviadas ao endereço eletrônico institucional do CNG, administrado pela Secretaria do Comando, vedado o envio exclusivo a coordenadores ou membros individuais.

§ 5º As propostas apresentadas pelo governo deverão ser submetidas à apreciação do CNG com antecedência mínima de sete dias, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aprovadas pelo Pleno.

§ 6º Após análise preliminar pelo CNG, as propostas deverão ser encaminhadas às entidades de base para avaliação, cabendo ao CNG consolidar e deliberar sobre as posições recebidas antes de eventual encaminhamento ao governo.

CAPÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO NAS MESAS DE NEGOCIAÇÃO

Art. 2º Delegados e delegadas de base integrantes do CNG deverão participar das mesas de negociação com o governo, mediante sorteio, dentre àquelas que se candidatarem, entre as entidades de base representadas no Comando.

§ 1º Em cada rodada de negociação poderão participar representantes de até duas entidades de base, além dos representantes da Direção Nacional da FASUBRA.

§ 2º A participação observará sistema de rodízio entre as entidades de base, de modo a assegurar ampla representação no processo negocial.

CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL.

Art. 3º A Direção Nacional da FASUBRA Sindical participará das mesas de negociação e das atividades do CNG em regime de rodízio entre seus membros, assegurada a presença das Coordenações Gerais.

§ 1º Compete à Secretaria do CNG comunicar formalmente ao governo a composição da representação da FASUBRA em cada reunião de negociação, indicando os nomes dos participantes.

§ 2º Durante as mesas de negociação não se recomenda a utilização de camisetas ou símbolos identificados com organizações político-partidárias ou coletivos, sendo recomendado o uso de materiais institucionais das entidades de base ou da FASUBRA Sindical.

§ 3º Nenhum membro da Direção Nacional ou delegado do CNG está autorizado a realizar reuniões paralelas com representantes do governo, emitir declarações públicas ou apresentar propostas em nome da Federação sem prévia deliberação do CNG.

§ 4º Todas as informações decorrentes das reuniões de negociação deverão ser imediatamente apresentadas ao Pleno do CNG para conhecimento e avaliação coletiva.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DA MESA

Art. 4º Compete à Mesa do CNG:

- I – conduzir os trabalhos das reuniões plenárias;
- II – organizar as inscrições para manifestação dos delegados;
- III – assegurar o cumprimento deste Regimento;
- IV – encaminhar para deliberação do Pleno as propostas apresentadas;
- V – garantir a sistematização das decisões aprovadas pelo CNG.

CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL

Art. 5º As demandas operacionais e logísticas do CNG deverão ser previamente analisadas pela Comissão de Infraestrutura, que apresentará parecer ao Pleno para deliberação.

Art. 6º Cada comissão de trabalho do CNG poderá possuir regulamento próprio, aprovado pelo Pleno.

Art. 7º As comissões deverão:

- I – manter informes atualizados sobre suas atividades nas reuniões do CNG;
- II – apresentar propostas e encaminhamentos para apreciação do Pleno.

Art. 8º As comissões elegerão suas coordenações entre os delegados que as compõem, sempre que houver alteração na composição das delegações no CNG.

CAPÍTULO VI DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Art. 9º O calendário de atividades do CNG será:

- I – elaborado coletivamente;

- II – atualizado de acordo com a evolução da conjuntura política e das negociações;
- III – aprovado pelo Pleno do CNG;
- IV – estruturado de modo a prever reuniões regulares do Comando.

CAPÍTULO VII DAS AVALIAÇÕES DE CONJUNTURA

Art. 10. Nas avaliações de conjuntura:

- I – as delegadas e delegados terão direito a inscrição para manifestação, com tempo máximo definido pelo pleno;
- II – em ato contínuo, o ponto de pauta será aberto ao Pleno para apresentação de propostas e encaminhamentos;
- III – a Mesa deverá garantir a ordem das inscrições, o direito de manifestação e a deliberação dos encaminhamentos na mesma reunião, sempre que possível.

CAPÍTULO VIII DA COMUNICAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 11. A Comissão de Comunicação será responsável pela elaboração de relatório diário sintético das discussões e deliberações do CNG.

Art. 12. A Direção Nacional deverá apresentar ao CNG relatório de prestação de contas do Fundo de Greve a cada doze dias.

Art. 13. As reuniões deliberativas do pleno do CNG deverão ser gravadas e lavradas as atas ao final.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O presente Regimento vigorará durante todo o período de funcionamento do Comando Nacional de Greve.

Art. 15. Este Regimento somente poderá ser alterado mediante aprovação de, no mínimo, dois terços dos delegados presentes no Pleno do CNG.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do CNG, observado o Estatuto da FASUBRA Sindical.

8 DE MARÇO NAS RUAS E NA GREVE: MULHERES DA FASUBRA NA LINHA DE FRENTE DA LUTA!

O Brasil enfrenta uma epidemia inaceitável de violência, com índices críticos de feminicídio e agressões que, em sua esmagadora maioria, são cometidas por parceiros ou ex-companheiros. Além do perigo dentro de casa, as mulheres ainda enfrentam rotineiramente a violência institucional e os abusos de assédio moral e sexual nos ambientes de trabalho. O mês de março começa com mais uma notícia aterradora para as mulheres. A notícia do estupro de uma adolescente por 4 jovens no Rio de Janeiro escancara a realidade insuportável de violência à qual as mulheres estão sujeitas apenas por serem mulheres.

É flagrante a epidemia de violência de gênero no Brasil. Em 2025 foi registrada uma média de 227 estupros por dia. Feminicídios foram 1.568 no total, 2 deles, inclusive, de companheiras TAEs, em seu local de trabalho, no CEFET-RJ.

Além da herança cultural patriarcal, que sempre relegou às mulheres um papel subalterno na estrutura social e política, hoje testemunhamos uma transferência cada vez mais acentuada das frustrações internas dos homens na forma de violência contra as mulheres. E se atentarmos ao recorte racial, as mulheres negras são as que mais sofrem sob o patriarcado.

Em tempos de substancial deterioração das condições de vida da classe trabalhadora vemos isso se agravar: ao ser esculachado todos os dias no trabalho precarizado, o homem trabalhador, ao invés de canalizar sua raiva para a luta coletiva contra a opressão capitalista, sucumbe à ideologia misógina, como nos movimentos redpill, e trata a mulher como sua última propriedade - ela deve tudo tolerar e tudo obedecer.

Da mesma forma potencializa-se a exploração econômica dos corpos. Da rede de Epstein a Indianópolis-MG, onde um homem "casou" com uma menina pobre de 12 anos e "ajudava" a família da criança com cestas básicas, os homens enxergam a desigualdade econômica como oportunidade de praticar violência sexual de gênero sem ferir as regras do capitalismo.

Nesse contexto, a emergência de um neofascismo absolutamente misógino, representado por Trump, e, aqui no Brasil, por Bolsonaro, não é surpresa. É uma aliança tão oportuna quanto nefasta entre a opressão de classe e a opressão de gênero, e o alvo é, principalmente, a mulher trabalhadora.

O Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA convoca toda a categoria técnico-administrativa em educação para ocupar as ruas neste 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Em meio à nossa forte greve nacional, reafirmamos que a luta em defesa da educação pública e da nossa carreira passa, obrigatoriamente, pela valorização, respeito e proteção das mulheres trabalhadoras.

Historicamente, as mulheres são a força motriz do movimento sindical, resistindo duplamente às opressões de classe e de gênero. Neste 8M, nossa marcha é pela vida e contra a barbárie.

Nossa pauta nas ruas também é econômica e trabalhista. Além de repudiar a misoginia, o machismo e o racismo, marchamos pelo fim da escala 6x1, uma jornada de exploração que atinge de forma desproporcional a vida das mulheres. Lutamos contra a desigualdade da divisão das responsabilidades domésticas — onde as mulheres ainda gastam 10 horas semanais a mais no trabalho de cuidado não remunerado do que os homens — e exigimos do Estado investimentos reais e orçamento estruturante nas políticas públicas e redes de proteção às mulheres.

ATOS PELO BRASIL E EM BRASÍLIA

As manifestações convocadas por centrais sindicais, movimentos sociais e partidos ocorrerão em todas as regiões do país. Onde houver greve da FASUBRA, haverá mulheres técnico-administrativas na linha de frente!

Orientamos todas as bases e sindicatos filiados a se somarem massivamente aos atos locais em seus estados e municípios.

No Distrito Federal (Brasília):

- Para as companheiras e companheiros que estão no DF, o 8M será marcado por um grande ato político-cultural unificado.
- Concentração: A partir das 13h, no Eixo Cultural Ibero-Americano (antiga Funarte).

- Marcha: A partir das 15h, caminhada rumo ao Palácio do Buriti.

Destacamos também que a Universidade de Brasília (UnB) promove a campanha institucional "#8M 2026: Nenhuma a menos: mais vozes, mais acolhimento", com espaços de diálogo para construir um ambiente acadêmico livre da violência de gênero.

A greve é o nosso principal instrumento de luta no momento, e as mulheres são a vanguarda desse movimento. Transformaremos nosso luto e indignação em organização. Sem as mulheres trabalhadoras, não há universidade, não há sindicato e não há vitória!
Pela vida das mulheres! Contra o feminicídio e o assédio! FASUBRA na Luta!

LUTAS DAS ENTIDADES DE BASE

SINTFUB –

8 de Março no SINTFUB celebra a Universidade como Território de Mulheres.

No SINTFUB, a celebração do 8 de Março, Dia Internacional de Luta Mulher Trabalhadora será no dia 11 de Março, com um café da manhã especial e uma conversa com o tema Universidade: Território de Mulheres.

Convidamos todas as servidoras técnico-administrativas em educação filiadas a participarem de um momento de encontro, reconhecimento e celebração.

A universidade é nosso território e nele enfrentamos desafios que exigem força coletiva. O Dia da Mulher é uma oportunidade para reforçar nossa unidade, diálogo, estreitar laços, nos preparando para defender nossos direitos, como igualdade, políticas voltadas para nossas questões específicas.

Ocupar o território com convivência, alegria, compromisso e resistência. Queremos que o SINTFUB cumpra esse papel na universidade e convidamos as filiadas para dialogar e sairmos mais fortalecidas.

Após nosso momento de diálogo, vamos compartilhar um café da manhã especial!

Anote na agenda e compareça:

- 11 de março
- 08h30
- Auditório do SINTFUB

Venha celebrar, fortalecer laços e ocupar esse território de mulheres conosco!

No dia 8 de Março (domingo) marcharemos juntas com as mulheres trabalhadoras do DF e

Entorno, a partir das 13h: Concentração no Eixo Cultural Ibero-Americano (antiga Funarte), na convocação da CUT para o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, 15h: Início da Marcha em direção ao Palácio do Buriti.

ASSUFRGS –

Em 2ª reunião do ano, GT Mulheres debate violência institucional e articula ações para o 8 de Março.

O Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da ASSUFRGS realizou, nesta quarta-feira (4), sua segunda reunião de 2026, na sub-sede Campus do Vale. O encontro teve como pauta central o apoio à ocupação Sarah Domingues e a importância de fortalecer a escuta das mulheres da universidade, especialmente diante dos relatos de violência institucional. Também foram construídos encaminhamentos no contexto da greve e das mobilizações do 8 de Março, reafirmando o compromisso com a organização e a proteção das trabalhadoras em função do aumento de casos de feminicídio no Rio Grande do Sul.

A reunião iniciou com a apresentação das presentes e teve como eixo central a importância da escuta qualificada das mulheres, especialmente diante dos relatos de violência institucional sofrida por colegas da universidade. O GT reforçou que seu papel também é contribuir na orientação sobre como encaminhar essas situações, articulando apoio político e institucional.

APOIO À OCUPAÇÃO SARAH DOMINGUES

Sobre a ocupação Sarah Domingues, Luci Jorge destacou que a administração central não vinha dando a devida atenção às denúncias apresentadas por mulheres da universidade. “A ocupação foi um ato de coragem das gurias que fizeram o trabalho que a administração central não faz”, afirmou. Também foram feitas críticas à postura do vice-reitor, Pedro, em razão de falas consideradas inadequadas em relação a estudantes.

Luci relatou que junto das colegas Maristela Piedade e Mariana Sosnowski, dialogou com a reitoria sobre a ocupação e que uma nova reunião está prevista para o dia 6 de março para tratar da pauta apresentada pelas estudantes. O encontro do GT teve como objetivo construir uma proposta de resposta e apontar caminhos sobre os rumos da ocupação.

Foi ressaltada pelas colegas a preocupação de que a atual estrutura de acolhimento a mulheres vítimas de violência, que inclui advogados, psicólogos e assistentes sociais, possa ser diluída na lógica institucional de externalizar a resolução dos casos, orientando que as vítimas busquem ajuda fora da universidade, sem acompanhamento efetivo das

situações internas.

Valéria Rocha destacou a importância da identificação dos agressores como parte de um processo educativo e de proteção às vítimas. Para ela, é fundamental documentar os relatos e resgatar os casos para compreendê-los em profundidade.

Também foi apontada a frustração diante do fato de a universidade contar com a primeira reitora eleita de forma paritária, com histórico de incentivo às meninas na ciência, mas que, na avaliação das servidoras, não demonstrou sensibilidade à gravidade da demanda apresentada. O debate reforçou que o machismo é um entrave estrutural ao desenvolvimento das mulheres inclusive nas carreiras científicas.

FORMAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURAL

Myrela Leitão defendeu que o período de greve seja aproveitado para a realização de um curso intensivo de formação, voltado à compreensão da origem das opressões e de sua relação com o capitalismo. “É uma bagagem que os ativistas precisam ter para entender o porquê de sua luta. Não é uma luta individual e isolada, e sim uma luta da classe trabalhadora, e precisamos de formação para isso”, afirmou. Luci reforçou a importância da proposta.

O GT deliberou que a sugestão de formação será apresentada ao Comando Local de Greve (CLG), com a compreensão de que uma luta esclarecida é mais forte e organizada.

REDE DE PROTEÇÃO E GRUPO DE APOIO

Outro ponto central do debate foi a necessidade de criar uma rede efetiva de proteção às mulheres. Luci lembrou que colegas da ASSUFRGS estiveram na Secretaria Estadual das Mulheres em função do alto número de feminicídios no estado, o que levou à discussão sobre o fechamento das delegacias especializadas e o caráter estrutural do problema.

A coordenadora Morgana de Marco reforçou que é preciso “cortar o mal pela raiz”, enfrentando as microviolências cotidianas que sustentam práticas maiores de opressão.

Como encaminhamento, foi proposta a criação de um grupo de proteção das mulheres dentro da ASSUFRGS, voltado a estudantes, trabalhadoras terceirizadas e servidoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e do Instituto Federal (IFRS). O grupo do Whatsapp terá caráter de apoio e proteção, não sendo um espaço para debate partidário, mas para acolhimento, troca de informações (como caronas e compartilhamento de localização) e fortalecimento de vínculos.

Também serão realizadas conversas com diretórios acadêmicos, com o Movimento de

Mulheres Olga Benário e com as integrantes da ocupação Sarah Domingues para articular ações conjuntas.

AGENDA DO 8M E ATIVIDADES DA GREVE

Entre as atividades previstas estão:

- Caminhada do 8 de Março, com participação da ASSUFRGS e organização de banquinha na feira;
 - Convite para que os homens participem das mobilizações, respeitando o protagonismo das mulheres;
- Inclusão na agenda de greve da inauguração do “Banco Vermelho” na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, iniciativa simbólica de enfrentamento à violência contra as mulheres, marcada para 9 de março (segunda-feira), às 17h;
- Roda de conversa das mulheres da Veterinária para escuta das trabalhadoras terceirizadas, no dia 11 de março, das 13h às 15h.

CALENDÁRIO	
MARÇO	
08	Ato unificado do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora
10	Ato em frente ao MGI
11	Café da manhã no SINTFUB - Universidade: Território de Mulheres.
12	Dia Nacional de Lutas pelo Cumprimento Integral do Acordo da Greve de 2024
MÊS	
1 ^a Quinzena	Indicativo de Caravana Nacional com a 3 ^a Marcha Nacional das Centrais em 15/04